Secretaria de Saúde



Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS N°0320/2024.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2024.

Processo	n^{o}	0801858-85.2024.8.19.0002,
ajuizado po	or \square	
representac	do poi	r

O presente parecer visa atender à solicitação de informações técnicas do 4º Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca de Niterói do Estado do Rio de Janeiro quanto aos medicamentos Insulina Degludeca (Tresiba®) e Insulina Asparte (Novorapid®), aos insumos agulha para caneta de insulina 4mm (NovoFine®), glicosímetro intersticial (FreeStyle® Libre) e seu sensor e tiras glicemia capilar Accu Check Guide.

I – RELATÓRIO

De acordo com documento médico em impresso próprio (Num. 97618609 - Págs. 1 a 4), emitido em 21 de novembro de 2023, pelo médico Autor é portador de diabetes mellitus tipo 1, desde fevereiro de 2023. Fez uso de insulina NPH e regular, que são fornecidas pelo SUS, mas apresentou hipoglicemias frequentes e controle inadequado. Hoje está em uso de NPH e Novorapid®. Apresenta indicação de uso do sensor e da Insulina Degludeca (Tresiba®) em virtude de possuir grande variabilidade glicêmica e hipoglicemias frequentes. Foi informado que o posicionamento sobre setas de tendências, o uso do sensor, representa um avanço dentro do que a tecnologia oferece. A monitorização contínua de glicose CGM mede a glicose no líquido intersticial e pode ser realizada em tempo real ou de forma intermitente. Evidências de que a utilização de CGM resulte em melhora do controle glicêmico, com redução da variabilidade glicêmica e do risco de hipoglicemias e hiperglicemias, orientando o paciente adequadamente no controle metabólico. Além disso, permite visualização dos resultados das glicemias em forma de gráfico, facilitando o controle glicêmico e a programação de lembretes e alertas de glicose que apoiam no controle diário. Dessa forma, foram solicitados os seguintes itens: Insulina Degludeca (Tresiba®) – 12UI ao dia. Insulina Asparte (Novorapid®) 12 UI ao dia, e os insumos agulha para caneta de insulina 4mm (NovoFine®) – 3 unidades ao dia, tiras glicemia capilar Accu Chek guide – 5 tiras ao dia, glicosímetro intersticial e sensor (FreeStyle[®] Libre) – 3 sensores ao mês.

II – ANÁLISE

DA LEGISLAÇÃO

- 1. A Política Nacional de Medicamentos e a Política Nacional de Assistência Farmacêutica estão dispostas, respectivamente, na Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 e na Resolução nº 338/CNS/MS, de 6 de maio de 2004.
- 2. A Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, dispõe, também, sobre a organização da assistência farmacêutica em três componentes: Básico, Estratégico



1



- e Especializado. E, define as normas para o financiamento dos componentes estratégico e especializado da assistência farmacêutica.
- 3. A Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, estabelece, inclusive, as normas de financiamento e de execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS.
- 4. A Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, institui o Programa Previne Brasil, que estabelece o novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde.
- 5. A Deliberação CIB-RJ nº 1.589, de 09 de fevereiro de 2012 relaciona os medicamentos disponíveis no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e/ou Municípios definindo a Relação Estadual dos Medicamentos Essenciais (REME-RJ).
- 6. A Deliberação CIB-RJ nº 5.743 de 14 de março de 2019 dispõe sobre as normas de execução e financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) no âmbito do SUS no Estado do Rio de Janeiro e, em seu artigo 4º, estabelece o Elenco Mínimo Obrigatório de Medicamentos Essenciais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no Estado do Rio de Janeiro.
- 7. A Deliberação CIB-RJ nº 6.059 de 09 de janeiro de 2020 atualiza a Deliberação CIB nº 5.743 de 14 de março de 2019, no que tange aos repasses de recursos da União destinados ao Componente Básico da Assistência farmacêutica.
- 8. No tocante ao Município de Niterói, em consonância com as legislações mencionadas, esse definiu o seu elenco de medicamentos, a saber, Relação Municipal de Medicamentos Essenciais REMUME-NITERÓI 2023 Portaria FMS/FGA Nº 014/2023.
- 9. A Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, contém as diretrizes para a organização da Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) visando superar a fragmentação da atenção e da gestão nas Regiões de Saúde e aperfeiçoar o funcionamento político-institucional do SUS com vistas a assegurar ao usuário o conjunto de ações e serviços que necessita com efetividade e eficiência.
- 10. A Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, publica a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.
- 11. A Lei Federal nº 11.347, de 27 de setembro de 2006, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais aos portadores de diabetes, determina, em seu artigo 1º, que os portadores de diabetes inscritos nos programas de educação para diabéticos, receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde os medicamentos necessários para o tratamento de sua condição e os materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar.
- 12. A Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, define, em seu artigo 712°, o elenco de medicamentos e insumos destinados ao monitoramento da glicemia capilar dos portadores de diabetes *mellitus*, que devem ser disponibilizados na rede do SUS, sendo eles:

II – INSUMOS:

- f) seringas com agulha acoplada para aplicação de insulina;
- g) tiras reagentes de medida de glicemia capilar;





h) lancetas para punção digital.

Art. 2º Os insumos do art. 712, II devem ser disponibilizados aos usuários do SUS, portadores de diabetes mellitus insulino-dependentes e que estejam cadastrados no cartão SUS e/ou no Programa de Hipertensão e Diabetes (Hiperdia).

DO QUADRO CLÍNICO

- 1. O diabetes *mellitus* (DM) consiste em um distúrbio metabólico caracterizado por hiperglicemia persistente, decorrente de deficiência na produção de insulina ou na sua ação, ou em ambos os mecanismos, ocasionando complicações em longo prazo. A hiperglicemia persistente está associada a complicações crônicas micro e macrovasculares, aumento de morbidade, redução da qualidade de vida e elevação da taxa de mortalidade. A classificação do DM tem sido baseada em sua etiologia. Os fatores causais dos principais tipos de DM genéticos, biológicos e ambientais ainda não são completamente conhecidos. A classificação proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Associação Americana de Diabetes (ADA) e aqui recomendada inclui quatro classes clínicas: DM tipo 1 (DM1), DM tipo 2 (DM2), outros tipos específicos de DM e DM gestacional¹.
- 2. No **diabetes** *mellitus* **tipo** I ocorre a destruição da célula beta levando a deficiência absoluta de insulina. Desta forma, <u>a administração de insulina é necessária para prevenir cetoacidose</u>. A destruição das células beta é geralmente causada por processo autoimune (tipo 1 autoimune ou tipo 1A), que pode ser detectado por autoanticorpos circulantes como antidescarboxilase do ácido glutâmico (anti-GAD), anti-ilhotas e anti-insulina. Em menor proporção, a causa é desconhecida (tipo 1 idiopático ou tipo 1B). A destruição das células beta em geral é rapidamente progressiva, ocorrendo principalmente em crianças e adolescentes (pico de incidência entre 10 e 14 anos), mas pode ocorrer também em adultos¹.
- 3. A labilidade glicêmica (variabilidade glicêmica) caracteriza-se quando o paciente apresenta frequentemente episódios de hipoglicemia ou hiperglicemia e pode apresentar como causas o uso incorreto da insulina (NPH e Regular), alterações hormonais da puberdade, menstruação e gestação, ou ainda as associadas a alterações do comportamento alimentar, ou a complicações do próprio diabetes, como gastroparesia, neuropatia autonômica e apneia do sono, usam de medicações capazes de induzir a resistência à insulina, dentre outras causas².
- 4. A hipoglicemia é literalmente nível muito baixo de glicose no sangue e é comum em pessoas com diabetes. Para evitar a hipoglicemia, além das complicações do diabetes, o segredo é manter os níveis de glicose dentro da meta estabelecida pelo profissional da saúde para cada paciente. Essa meta varia de acordo com a idade, condições gerais de saúde e outros fatores de risco, além de situações como a gravidez. Durante o tratamento, é essencial manter hábitos saudáveis e estilo de vida ativo, além de seguir as orientações medicamentosas recomendadas pelo profissional de saúde para manter a meta de glicose, evitando a hipoglicemia e a hiperglicemia³. A

 $z/d/diabetes/hipoglicemia\#: \div itext = \% C3\% 89\% 20 literalmente \% 20n\% C3\% ADvel\% 20 muito \% 20 baixo, da\% 20 sa\% C3\% BAde\% 20 para \% 20 cada\% 20 paciente. > . Acesso em: 05 fev. 2024.$



_

¹ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES; [organização José Egidio Paulo de Oliveira, Sérgio Vencio]. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2019-2020, São Paulo: AC Farmacêutica. Disponível em: http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Diretrizes-Sociedade-Brasileira-de-Diabetes-2019-2020.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.

² ELIASCHEWITZ, F.G.; FRANCO, D.R. O diabetes hiperlábil existe como entidade clínica? Arquivos Brasileiros de Endocrinologia Metabologia, v. 53, n.4. São Paulo, junho/2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0004-27302009000400013&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 05 fev. 2024.

Secretaria de Saúde



Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

hipoglicemia grave eventualmente leva a privação da glucose no sistema nervoso central resultando em fome, sudorese, parestesia, comprometimento da função mental, ataques, coma e até morte⁴.

DO PLEITO

- 1. A **Insulina Degludeca** (Tresiba®) é uma insulina basal de ação ultra-longa que após a aplicação subcutânea, resulta em um depósito e é contínua e lentamente absorvida na circulação levando a um efeito hipoglicemiante linear e estável. Liga-se especificamente ao receptor de insulina humana resultando nos mesmos efeitos farmacológicos da insulina humana. O efeito de diminuição da glicemia é causado pela absorção facilitada da glicose após a ligação da insulina aos receptores nos músculos e nas células adiposas e pela inibição simultânea da liberação de glicose pelo fígado, é indicada para o tratamento do **diabetes mellitus** em adultos, adolescentes e crianças acima de 1 ano⁵.
- 2. A **Insulina Asparte** (Novorapid[®]) é um análogo da insulina humana, de <u>ação</u> <u>rápida</u>, obtido por biotecnologia. Está indicada para o tratamento do <u>diabetes *mellitus* que requer</u> tratamento com insulina⁶.
- 3. As **agulhas para caneta de aplicação de insulina** <u>são utilizadas acopladas à caneta aplicadora</u>, quando a insulina utilizada se apresentar na forma de refil para caneta permanente ou caneta aplicadora descartável. Para as canetas de insulina, as agulhas disponíveis são com <u>4 mm</u>, 5 mm, 6 mm, 8 mm e 12,7 mm de comprimento. A utilização de agulha com comprimento adequado e realização da técnica correta de aplicação, são fatores fundamentais para garantir a injeção de insulina no subcutâneo sem perdas e com desconforto mínimo¹.
- 4. O glicosímetro intersticial (FreeStyle® Libre), uma nova tecnologia revolucionária de monitoramento de glicose para as pessoas com diabetes, sendo a única solução do mercado que livra o paciente da rotina diária de picadas no dedo. O FreeStyle® Libre é composto de um sensor e um leitor. O sensor é redondo, tem o tamanho de uma moeda de R\$ 1 real e é aplicado de forma indolor na parte traseira superior do braço. Este sensor capta os níveis de glicose no sangue por meio de um microfilamento (0,4 milímetro de largura por 5 milímetros de comprimento) que, sob a pele e em contato com o líquido intersticial, mensura a cada minuto a glicose presente na corrente sanguínea. O leitor é escaneado sobre o sensor e mostra o valor da glicose medida. Uma das características do Sistema Abbott FreeStyle® inclui que cada escan do leitor sobre o sensor traz uma leitura de glicose atual, um histórico das últimas 8 horas e a tendência do nível de glicose. Estes dados permitem que indivíduo e os profissionais de saúde tomem decisões mais assertivas em relação ao tratamento do diabetes⁷.
- 5. As tiras **(fitas) reagentes de medida de glicemia capilar** são adjuvantes no tratamento do <u>Diabetes Mellitus</u>, ao possibilitar a aferição da glicemia capilar, através do aparelho

⁷ Abbott. Disponível em:http://www.abbottbrasil.com.br/imprensa/noticias/press-releases/freestyle--libre--novo-monitor-de-glicose-que-elimina-a-necessid.html>. Acesso em: 05 fev. 2024.



⁴ Biblioteca Virtual em Saúde – BVS. Descritores em Ciências da Saúde. Descrição de hipoglicemia. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/decs-locator/?lang=pt&mode=&tree_id=C18.452.394.984. Acesso em: 05 fev. 2024.

⁵ Bula do medicamento Insulina Degludeca (Tresiba®) por Novo Nordisk Farmacêutica do Brasil Ltda. Disponível em: https://consultas.anvisa.gov.br/#/bulario/q/?nomeProduto=TRESIBA Acesso em: 30 jan. 2024.

⁶ Bula do medicamento Insulina Asparte (NovoRapid®) por Novo Nordisk Farmacêutica do Brasil Ltda. Disponível em: https://consultas.anvisa.gov.br/#/medicamentos/253510102980062/?nomeProduto=novorapid>. Acesso em: 05 fev. 2024.



glicosímetro, oferecendo parâmetros para adequação da insulinoterapia e, assim, auxiliando no controle dos níveis da glicose sanguínea⁸.

III – CONCLUSÃO

- 1. Informa-se que os <u>medicamentos</u> Insulina Degludeca (Tresiba®) e Insulina Asparte (Novorapid®) e os insumos agulha para caneta de insulina 4mm (NovoFine®), glicosímetro intersticial (FreeStyle® Libre) e seu sensor e tiras glicemia capilar <u>estão indicados</u> para o tratamento de diabetes *mellitus* tipo 1 quadro clínico apresentado pelo Autor.
- 2. Quanto à disponibilização dos itens ora pleiteados, no âmbito do SUS, cumpre informar que:
 - 2.1. Os insumos **agulha para caneta de insulina 4mm**, **glicosímetro intersticial** e **sensor** (FreeStyle[®] Libre) **não se encontram padronizados** em nenhuma lista oficial de insumos para dispensação no SUS, no âmbito do município de Niteróie do Estado do Rio de Janeiro.
- 3. Segundo a Sociedade Brasileira de Diabetes, para atingir o bom controle glicêmico é necessário que os pacientes realizem avaliações periódicas dos seus níveis glicêmicos. O automonitoramento do controle glicêmico é uma parte fundamental do tratamento e este pode ser realizado através da medida da glicose no sangue capilar (teste padronizado pelo SUS) ou pela monitorização contínua da glicose (MGC). Os resultados dos testes de glicemia devem ser revisados periodicamente com a equipe multidisciplinar e, os pacientes orientados sobre os objetivos do tratamento e as providências a serem tomadas quando os níveis de controle metabólico forem constantemente insatisfatórios. O monitoramento da Glicemia Capilar (GC) continua recomendado para a tomada de decisões no manejo de hiper ou hipoglicemia, mesmo em pacientes que utilizam monitoramento contínuo¹.
- 4. De acordo com a Portaria Conjunta SAS/SCTIE nº 17, de 11 de março de 2019, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da DM tipo 1, informa-se que mais recentemente, também foi lançado o método de monitorização **Free Style** Libre. Esse método <u>foi avaliado em somente um ensaio clínico</u>, que mostrou que em pacientes com DM1 bem controlados e habituados ao autocuidado pode reduzir episódios de hipoglicemia. <u>As evidências sobre esses métodos até o momento não apresentaram evidências de benefício inequívoco para a recomendação no referido protocolo9.</u>
- 5. Cabe ressaltar que o SMCG representa um importante avanço, mas ainda é uma tecnologia em evolução, com muitos aspectos a serem aprimorados ao longo dos próximos anos. O método apresenta limitações, como o atraso de 10 a 15 minutos em relação às GCs; ademais, pode subestimar hipoglicemias, tem incidência de erro em torno de 15%, é de alto custo e ainda não acompanha protocolos definidos para ajuste de dose de insulina com base nos resultados obtidos em tempo real. Cabe também ressaltar que o seu <u>uso não exclui a aferição da glicemia capilar (teste convencional e disponibilizado pelo SUS)</u> em determinadas situações como: 1) durante períodos de rápida alteração nos níveis da glicose (a glicose do fluído intersticial pode não refletir

⁹ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria Conjunta nº 17, de 11 de março de 2019. Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Diabete Melito Tipo 1. Disponível em: http://conitec.gov.br/images/Protocolos/Portaria-Conjunta-PCDT-Diabete-Melito-1.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.



_

⁸ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 64 p. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 16) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad16.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.



com precisão o nível da glicose no sangue); 2) para confirmar uma hipoglicemia ou uma iminente hipoglicemia registrada pelo sensor; 3) quando os sintomas não corresponderem as leituras do SMCG^{10,11}.

- 6. A monitorização da glicemia capilar necessita de uma pequena gota de sangue que habitualmente é adquirida na ponta do dedo, no entanto, **existem sítios de coletas que configuram alternativas igualmente eficazes e menos dolorosas** como: lóbulo de orelha, antebraço e panturrilha¹².
- 7. E, sobre os argumentos médicos apresentados (Num. 97663735 Pág. 17 a 20) em prol da utilização do **glicosímetro intersticial** e seu **sensor** (FreeStyle[®] Libre), informa-se:
 - 7.1. "... o tratamento com as setas de tendência podem ser importantes na tomada de decisões pelos pacientes, em tempo real ..." e "... permite visualizar os resultados das glicemias em forma de gráfico, facilitando o entendimento do controle glicêmico ...";
 - 7.1.1. Elucida-se que <u>as medidas fornecidas pelo glicosímetro capilar</u>, disponível no SUS, <u>podem ser anotadas pelo paciente</u>, em horários prédeterminados pelo médico assistente:
 - ✓ para que seja avaliada a tendência da glicose, e uma possível alteração no esquema terapêutico das insulinas, de acordo com a necessidade individual:
 - ✓ para que posteriormente seja gerado um gráfico manual (ou por meios digitais) para a avaliação das variações glicêmicas dentro daquele período pré-determinado, objetivando a realização de possíveis ajustes terapêuticos pelo médico assistente.
 - 7.1.2. O uso de setas de tendência para tomada de decisões pelos pacientes em tempo real possui algumas limitações. As setas de tendência são baseadas em dados retrospectivos coletados pelo sensor de glicose. Dessa forma, podem ocorrer casos em que a seta baseada em medidas retrospectivas aponte para baixo, embora a glicose já tenha iniciado um processo de elevação, ainda não detectado pelo sensor. Nestas situações, é importante que a tomada de decisões seja feita com base nos dados atuais da monitorização da glicose e não com base nas setas de tendências¹³.
 - 7.1.3. Além disso, a interpretação da taxa de alteração da glicose prevista pelas setas de tendência pode sofrer influência de diversos fatores, entre os quais a composição da dieta (conteúdos de carboidratos, proteínas e gorduras), realização de atividade física no período, uso de medicações como corticosteroides, stress, comorbidades associadas e variações individuais da sensibilidade à insulina¹.

¹³ Posicionamento Oficial SBD nº 03/2019. Utilização de Setas de Tendência para Pacientes com Diabetes Mellitus em Monitorização Contínua De Glicose. Disponível em: https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/SETAS.pdf. Acesso em: 05 fev. 2024.



¹⁰ Free Style Libre. Disponível em: https://www.freestylelibre.com.br/index.html?gclid=EAIaIQobChMItli9xuet5gIVIQ-RCh2bvQhoEAAYASAAEgJXKvD_BwE. Acesso: 05 fev. 2024.

¹¹ Diretriz da Sociedade Brasileira de Diabetes 2017-2019. Disponível em:

https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/2017/diretrizes/diretrizes-sbd-2017-2018.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.

¹² Avaliação da glicemia capilar na ponta de dedo versus locais alternativos – Valores resultantes e preferência dos pacientes. Disponível: http://www.scielo.br/pdf/abem/v53n3/v53n3a08.pdf>. Acesso: 05 fev. 2024.



- 7.2. "... a monitorização contínua da glicose (...) visa melhorar o controle metabólico, minimizando o risco de hipoglicemia ou hiperglicemia ...";
 - 12.2.1. Destaca-se que apenas o auto monitoramento da glicemia, por si só, não garantirá que não haverá mais episódios de hipo ou hiperglicemias no paciente diabético. Para esse público é <u>necessário acompanhamento médico regular</u>, e comprometimento com a dieta, a terapêutica prescrita e os exercícios físicos que porventura o médico venha indicar.
- 8. Diante do exposto, informa-se que o **glicosímetro intersticial e seu sensor** (FreeStyle[®] Libre), apesar de <u>estares indicados</u> para o manejo do quadro clínico da Requerente, <u>não são imprescindíveis</u>. Isto decorre do fato, de <u>não se configurarem itens essenciais</u> em seu tratamento, pois o mesmo pode ser realizado através do monitoramento da glicemia da forma convencional (glicemia capilar), padronizada pelo SUS.
- 9. Considerando o exposto, elucida-se que o <u>teste de referência</u> preconizado pela Sociedade Brasileira de Diabetes (automonitorização convencional) <u>está coberto pelo SUS</u> para o quadro clínico do Autor e que o equipamento <u>glicosímetro capilar</u> e os insumos <u>tiras reagentes e lancetas estão padronizados para distribuição gratuita</u>, no âmbito do SUS, objetivando o controle glicêmico dos pacientes dependentes de insulina.
 - 9.1. Assim, <u>caso o médico assistente opte pela possibilidade de a Autora utilizar</u> os equipamentos e insumos <u>padronizados no SUS</u> (glicosímetro capilar, <u>tiras reagentes</u> e lancetas) <u>alternativamente</u> ao pleito <u>glicosímetro intersticial e sensor</u> (FreeStyle[®] Libre), <u>sugere-se que a Requerente compareça a Unidade</u> Básica de Saúde mais próxima de sua residência, a fim de obter esclarecimentos acerca da dispensação.
- 10. Em consulta ao banco de dados do Ministério da Saúde¹⁴ **foi** encontrado o <u>Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Diabete Melito Tipo 1</u>, o qual <u>não contempla</u> os **insumos** pleiteados.
 - 10.1. Adicionalmente, destaca-se que a <u>alternativa terapêutica</u> sugerida, **padronizada no SUS**, para o monitoramento glicêmico de pacientes portadores de diabetes *mellitus* <u>dependentes de insulina</u> (<u>glicosímetro capilar</u>, <u>tiras reagentes</u> e <u>lancetas</u>), também não está contemplada pelo referido PCDT, mas encontra-se contemplada para <u>distribuição gratuita pelo SUS</u>, na Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, conforme supramencionado no item "*DA LEGISLAÇÃO*".
- 11. Salienta-se ainda que os insumos requeridos **possuem registro ativo** na Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA.
- 12. No que tange à disponibilização, no SUS, dos medicamentos pleiteados, insta mencionar que:
 - O análogo de Insulina de <u>ação prolongada</u> (grupo da insulina **Degludeca**) <u>foi incorporado ao SUS</u> para o tratamento da **Diabetes** *mellitus* tipo 1, conforme disposto na Portaria SCTIE nº 19 de 27 de março de 2019¹⁵. Os <u>critérios</u> para o uso do medicamento

¹⁵ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 19 de 27 de março de 2019. Torna pública a decisão de incorporar insulina análoga de ação prolongada para o tratamento de diabetes mellitus tipo I, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/69182847>. Acesso em: 05 fev. 2024.



¹⁴ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas – PCDT. Disponível em: ">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>">https://www.gov.br/saude/pt-br/



estão definidos no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) da <u>Diabetes mellitus tipo 1</u>, disposto na Portaria Conjunta SAS/SCTIE nº 17, de 12 de novembro de 2019. Entretanto, conforme consulta ao Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS - SIGTAP, na competência de <u>02/2024</u>, a **Insulina de ação** *prolongada* <u>ainda não integra</u> nenhuma relação oficial de dispensação de medicamentos no âmbito do Município de Niteroi e do Estado do Rio de Janeiro.

- O grupo das insulinas análogas de <u>ação rápida</u> (Lispro, **Asparte** e Glulisina) foi <u>incorporado ao SUS</u> para o tratamento do <u>diabetes mellitus</u> tipo 1 (DM1), conforme os critérios de acesso definidos no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) para o tratamento da referida doença, disposto na Portaria Conjunta SAS/SCTIE nº 17, de 12 de novembro de 2019. <u>No momento</u>, o Ministério da Saúde disponibiliza a **insulina análoga de ação rápida**, através da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES/RJ), por meio do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF).
- 13. Ressalta-se que em consulta ao Sistema Nacional de Gestão a Assistência Farmacêutica (HÓRUS) verificou-se que o Autor <u>não está cadastrado</u> no CEAF para o recebimento do medicamento **insulina análoga de ação rápida**.
- 14. Recomenda-se que a **médica assistente avalie** se o Autor <u>ainda se enquadra nos</u> critérios de acesso estabelecidos pelo protocolo clínico, e, estando o Requerente dentro dos critérios estabelecidos no protocolo clínico, e seja refratária ou intolerante ao uso de Insulina Regular por, pelo menos, 03 meses, para ter acesso à insulina padronizada insulina análoga de ação rápida, a representante do Autor deverá solicitar cadastro no CEAF comparecendo a Avenida Jansem de Mello, s/nº - São Lourenço - Niterói. Documentos pessoais: Original e Cópia de Documento de Identidade ou da Certidão de Nascimento, Cópia do CPF, Cópia do Cartão Nacional de Saúde/SUS e Cópia do comprovante de residência. Documentos médicos: Laudo de Solicitação, Avaliação e Autorização de Medicamentos (LME), em 1 via, emitido a menos de 90 dias, Receita Médica em 2 vias, com a prescrição do medicamento feita pelo nome genérico do princípio ativo, emitida a menos de 90 dias (validade de 30 dias para medicamentos sob regime especial de controle - PT SVS/MS 344/98). Observar que o laudo médico será substituído pelo Laudo de Solicitação que deverá conter a descrição do quadro clínico do paciente, menção expressa do diagnóstico, tendo como referência os critérios de inclusão previstos nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas - PCDT do Ministério da Saúde, nível de gravidade, relato de tratamentos anteriores (medicamentos e período de tratamento), emitido a menos de 90 dias e exames laboratoriais e de imagem previstos nos critérios de inclusão do PCDT.
- 15. Os medicamentos e insumos pleiteados **possuem registros ativos** na Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA.

É o parecer.

Ao 4º Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca de Niterói do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

MILENA BARCELOS DA SILVA

Farmacêutico CRF-RJ 9714 ID. 4391185-4 FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe CRF-RJ 10.277 ID. 436.475-02



8